

Trabalho, Educação e o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Work, Education and Regional Development in the Amazon

Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos^{a*}

Resumo

Artigo decorrente de estudos desenvolvidos sobre a relação trabalho e educação, objetiva propiciar interlocuções com aqueles que se interessam pela temática. A relação educação e trabalho não é condição fundamental para o desenvolvimento econômico no sentido disseminado no mundo capitalista, pois não tivemos desenvolvimento social e chegamos a ser a oitava economia mundial. Do conjunto das análises realizadas, podemos depreender que dentro do sistema capitalista seria impossível extinguir as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre uma região e outra, porque elas são inerentes ao modo de produção capitalista, que se sustenta na divisão do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho e educação. Desenvolvimento regional. Desigualdades.

Abstract

This article was developed through studies on the relationship between work and education and aims to promote a dialogue with those interested in the topic. The link between education and work is not an essential condition for the economic development spread throughout the capitalist world, because we did not have social development and we have become the eighth world economy. From the analysis we can deduce that, within the capitalist system, it would be impossible to extinguish the social, economic, political and cultural differences among the regions, because they are inherent to the capitalist way of production, which relies on the division work.

Keywords: Work and education. Regional development. Inequality

^a Doutora em Educação – Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: tefam@ufpa.br.

* Endereço para correspondência: Av. Conselheiro Furtado, 290. Apto. 608 - CEP. 66.025-160 - Belém – PA.

1 Introdução

Este artigo resulta de estudos que desenvolvemos sobre a relação trabalho e educação e objetiva propiciar interlocuções com aqueles que se interessam pela temática e querem ter mais alguns elementos para compreender como se configura tal relação no desenvolvimento regional. Para tanto, partimos de duas questões centrais: como a educação se enquadra no processo de desenvolvimento e, mais especificamente, qual é a relação entre trabalho e educação neste processo? Será que existe alguma relação entre trabalho e educação, na sociedade capitalista?

Para tentar conhecer e analisar o contexto do advento dessa vinculação ou não buscamos identificar seus fundamentos históricos, para assim podermos explorar as formas de desenvolvimento econômico da sociedade moderna implementadas no Brasil e, em particular, na região amazônica a partir dos anos 60.

2 Desenvolvimento

Partimos da hipótese de que o nexos entre trabalho e educação deve ser buscado nas relações sociais advindas do processo produtivo, que são, na sociedade capitalista, relações de força, relações de poder, relações antagônicas de

apropriação e expropriação. Isto nos remete necessariamente para um breve mergulho no modo de produção capitalista, procurando a gênese dessa relação na história do capitalismo para situar o caso do desenvolvimento regional, poder estabelecer as conexões entre os fenômenos e desvelar o processo mais geral do desenvolvimento econômico brasileiro e suas múltiplas determinações. Desse modo, entendemos que a relação trabalho, educação e desenvolvimento regional surgem no centro de discussões maiores - no âmbito do político-econômico, na totalidade contraditória das relações capitalistas de produção.

Na perspectiva marxista é pelo trabalho que o homem se realiza plenamente, como ação transformadora do meio natural, o homem torna-se humano. Humanizando a natureza transforma-se a si mesmo e as condições materiais que moldam sua consciência, é condição de vida do homem: “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1983, p. 149).

Portanto, a essência do homem é o trabalho:

A essência humana não é, então, dada ao homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano [...] (SAVIANI, 2006, p. 2).

Donde se depreende, então, que o homem se constrói homem no e pelo trabalho, para o que precisa educar-se e educar, em relação com outros homens. Desenvolvendo

aprendizado no próprio exercício do trabalho, forma-se homem por meio do desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura verdadeiro processo de aprendizagem (SAVIANI, 2006).

Tal processo educativo funcionava da forma acima descrita, nas comunidades mais primitivas, quando ainda não havia a divisão em classes, porque toda a produção era comunitária, na qual a educação era a própria vida daquelas populações.

Com o desenvolvimento do processo produtivo, tem-se a divisão do trabalho e daí a propriedade da:

A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água) como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem, é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano. Todas as coisas, que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes na natureza [...]. Se ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria prima (MARX, 1983 p. 150).

Os vários períodos de desenvolvimento da divisão do trabalho representam diferentes formas de propriedade, o que significa dizer que, a cada novo estágio na divisão do trabalho têm-se novas relações entre os indivíduos em termos de matéria, instrumentos e produtos do trabalho (MARX, 1983).

Na Antiguidade, na sociedade escravagista, tal propriedade quando passou a ser particular propiciou a divisão dos homens em classes, que se resume antagonicamente em duas: a classe dos que possuem os meios de produção (proprietários – homens livres) e daqueles que só possuem a capacidade de trabalho (trabalhadores - escravos), gerando por sua vez, divisão na educação. Sinteticamente, podemos identificar uma educação para a classe dos proprietários e outra para os escravos, assegurando que o capitalismo começou pelo campo, com a propriedade privada, da terra.

Saviani (2006) identifica na educação para a classe livre o surgimento da escola, que seria o lugar do ócio, para onde iam aqueles que possuíam tempo livre. Decorrendo daí uma forma específica de educação, diferente daquela que se identifica com o processo de trabalho, que é a educação dele separada. A instituição que materializa tal educação vem desde lá sendo burilada, mudada e complexificada, em decorrência das mudanças das formas econômicas até atingir a configuração dominante de educação dos nossos dias, extremamente desigual e excludente, conservando assim, a forma assumida desde a divisão dos homens em classes.

Como pudemos observar, mesmo que de forma simplificada, dado o espaço deste texto, o trabalho se separa da educação, porque a sociedade contemporânea é cindida entre proprietários e não proprietários, entre campo e cidade, indústria e agricultura, enfim, entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Por outro lado, é importante verificarmos que o que distingue as formas econômicas não é o trabalho,

mas como e com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho não são só medidores de grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 1983 p. 151).

Portanto, uma coisa é a Força de Trabalho como capacidade de trabalho, a qual só se realiza no trabalho, ou seja, quando acionada; e outra, é a forma como este se realiza no mundo real. Na existência dessa relação estão envolvidas condições históricas determinadas e são estas condições específicas que possibilitaram a transformação da força de trabalho em mercadoria, produto e produtora de valor e que o mercado de trabalho é divisão específica do mercado de mercadorias.

O modo como o homem atua para produzir sua existência determina seu modo de viver. Assim, a sociedade é o resultado das relações sociais de produção, que, no sistema capitalista são alienantes e desumanizadoras, portanto, desiguais na origem. Primeiro, porque o homem não domina o processo produtivo, pela fragmentação imposta pela divisão do trabalho. Segundo, não é ele o proprietário do produto de seu trabalho, que a outro pertence: “a divisão do trabalho surge na sociedade como parte de um complexo que inclui divisões de classes, troca e propriedade privada” (SARUP, 1980, p. 127).

Constatamos que a história moderna do capitalismo é a história da sociedade dividida em classes, cujo grande protagonista foi o trabalho, porque é por cima da força de trabalho que uma classe detentora do poder consegue se manter e expandir incessantemente o modo de produção que a transformou em classe dominante. É através da exploração da força de trabalho, da apropriação do trabalho excedente, gerador da mais-valia, que constitui a essência do sistema denominado capitalismo. Força de trabalho entendida como: “conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1983, p. 139).

É importante ressaltar que:

A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos (MARX, 1983, p. 140).

Só sendo possível assim desvelar tal processo, buscando entender o desenvolvimento da produção e da divisão do trabalho correspondente a cada período histórico, até chegar ao capitalismo que conhecemos hoje.

O desenvolvimento só poderá ser compreendido no bojo do processo histórico do sistema capitalista. Nessa perspectiva considera-se como fase inicial do capitalismo o momento de subordinação direta do trabalhador ao capitalista, em que o artesão se transformou em assalariado, passando a vender sua Força de Trabalho, que se constitui em mercadoria. Daí Marx (1983) enfatizar que o trabalho tem a propriedade de criar valor e que nem sempre o trabalho socialmente necessário

para produzir determinada mercadoria, se incorpora a esta na mesma proporção. O valor do trabalho passa a ser fonte de valor.

Em outras palavras, na sociedade capitalista o trabalho (o uso da Força de Trabalho) tem a capacidade de incorporar valor adicional às mercadorias produzidas. Estas por sua vez, não podem ser separadas de seu proprietário (trabalhador), sendo que a produção e a reprodução dessa Força de Trabalho é a produção da subsistência do próprio trabalhador, porque para que ele se mantenha vivo é necessário que coma, beba, more etc. Logo, como afirma Marx (1983, p. 141):

O tempo de trabalho necessário à produção da FT corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de sobrevivência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.

Importa salientar que a estrutura capitalista sofreu transformações, como se pode observar, por exemplo, na destruição das antigas formas econômicas do baronato econômico, para era dos impérios e depois para transnacionalização. A grande acumulação de capital conduz à sua expansão crescente e permanente chegando ao que se tem hoje, em que as grandes empresas nem precisam se territorializar para produzir em escala planetária, com o avanço científico-tecnológico, em especial no tocante às comunicações e dos sistemas interativos computacionais. A produção se dá em escala mundial, segundo a qual cada peça da mesma mercadoria, pode ser produzida em um lugar diferente, de preferência onde os salários são mais baixos com mão-de-obra de qualidade, frágeis sem organização nem força de pressão, via movimentos sociais, diminuindo cada vez mais o seu preço final e, conseqüentemente, a manutenção de seu poder, pela capacidade de vender muito mais barato, impedindo a concorrência e elevando assim as desigualdades regionais.

Ao lado disso, vendem-se as informações, ideias, necessidades produzidas como mercadorias que vão impactar na cultura dos países, originando um verdadeiro “shopping center global”, em que: *Toda economia nacional, seja qual for, torna-se província da economia global* (IANNI, 1995, p. 18).

Sabemos que o capital apropria-se constante e incessantemente de conhecimentos e tecnologias para atingir seus interesses de exploração e manutenção do status quo vigente, e vem buscando ao longo dos séculos formas de agregar valor a sua lógica de exploração social, via apropriação do trabalho e das relações dele oriundas.

Porém, como afirma Marx (1983, p. 142):

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediado da força de trabalho. Os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de

trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção.

A globalização de que tanto se fala na contemporaneidade é característica intrínseca do capital, o qual precisa, por sua própria natureza, alargar incessantemente suas fronteiras. Embora, atualmente se tenham nuances e matizes diferentes, pois “a globalização do mundo expressa novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial” (IANNI, 2007, p. 11).

Neste cenário, as economias periféricas são afetadas profundamente, pois, para se incorporarem ao mundo do capitalismo central necessitam acatar as determinações dos países hegemônicos, que definem regras rígidas que beneficiam os mais poderosos, como inerente ao próprio movimento do capital. Para se efetivar tal inserção é fundamental o papel do Estado, cujo grau de avanço no processo de aglutinação de capital, para viabilizar a constituição de sua produção a qual vai determinar o nível de integração e as possibilidades de expansão do capitalismo transnacional. Pode-se dizer que a inserção das economias periféricas, como do Brasil, se dá pelas “beiradas”, subalternamente.

Nessa direção, mesmo no exíguo espaço deste texto, faz-se necessário apresentar alguma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Se verificado o sentido dicionarizado e disseminado na sociedade, significa elevação da capacidade ou das possibilidades de algo, crescimento, progresso, adiantamento, mas também pode ser crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade ou ainda evolução, prosseguimento.

A ideia de desenvolvimento remonta a John Maynard Keynes, criador da teoria da superação da livre-concorrência pela intervenção do Estado, como forma de harmonizar o sistema capitalista, para superação de uma crise (Grande Depressão de 1929). O ponto básico no qual se assentam essas ideias está na relação entre poupança e investimento. Sua tese central parte do pressuposto de que o nível de equilíbrio da renda deveria ficar sempre abaixo do “pleno emprego” (procura de trabalho igual à oferta próxima futura), desde que o volume de renda fosse sempre superior ao volume investido, visando prioritariamente o combate ao desemprego (KEYNES, 1964).

Keynes pregava que, se a economia capitalista fosse restrita aos próprios meios (ao sabor das leis de mercado, da livre-concorrência) como preconizado pelos economistas clássicos, o sistema ficaria em constante e alto desemprego, como se verificou na Grande Depressão de 1929. Daí sua tese da necessidade de intervenção organizada do Estado. Aliás, parece ser este o raciocínio presente na base do desenvolvimento brasileiro, sustentado nos Planos de Desenvolvimento até os anos 1980, quando outras ideias se fizeram sentir no posicionamento das elites dirigentes do País, decorrentes de novas orientações de política econômica, advindas dos organismos multilaterais como: Banco Mundial,

Fundo Monetário Internacional, dentre outros. Acrescenta-se a isso que os países, como o Brasil, que optaram pela industrialização, propiciaram acumulação mais voltada para exportação e expansão do consumo, sustentadas em processos de super-exploração do trabalho, gerando estruturas de profundas e intensas desigualdades (SADER, 2009).

De forma mais sistemática, a partir do governo de transição de Collor de Mello/Itamar Franco/José Sarney, em decorrência da profunda crise, deixa-se tal regulação acima trabalhada, para novas configurações de política econômica, com retorno ao “livre-mercado” desregulado, a partir da retórica de anti-Estado, que se expressou concretamente no Plano Diretor de Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso; no qual se debitam todas as mazelas da realidade brasileira ao serviço público, considerado como: ineficiente, burocrático, atrasado, centralizador e outros adjetivos e, sobretudo, evidenciando que o maior problema do Brasil é de gestão, daí a necessidade de um “choque de gestão”, centralizando, portanto, as causas da crise no Estado (BRESSER PEREIRA, 1998).

Nesta análise, abordaremos apenas duas posições diferentes sobre o desenvolvimento: a primeira compreende-o como sendo a mesma coisa que crescimento, própria da tradição clássica; e a segunda numa perspectiva crítica segundo a qual, embora o crescimento seja condição necessária não é bastante para que ocorra o desenvolvimento, que deve ser caracterizado por efetivas mudanças econômicas, políticas e, sobretudo, humanas e sociais (educação, saúde, trabalho, habitação, transporte, alimentação, saneamento básico), no sentido mais qualitativo. Esta última corrente advém de orientação Cepalina (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), de Raul Prebisch e Celso Furtado (OLIVEIRA, 2002), que funciona como Laboratório de políticas econômicas para os países dessa região.

Se formos observar a retórica dos Planos de Desenvolvimento do Brasil (1970/2000), percebemos que, em linhas gerais, desenvolvimento significa o crescimento do produto interno bruto - PIB e da renda “*per capita*”; elevação das taxas de produtividade; aumento da capacidade energética; incremento à industrialização, comunicações, produção agrícola; elevação dos índices de educação como investimento (aumento das taxas de escolarização), dentre outros. Importa enfatizar para melhor compreensão de nosso objeto de análise, que nos anos 60/80 tivemos um modelo específico de desenvolvimento econômico, fincado na relação segurança e desenvolvimento, com base no processo de planejamento centralizado racional, segundo o qual o Estado desempenha papel de interventor em todos os

setores da vida brasileira, desde o plano político, econômico e cultural. No campo da educação e trabalho buscava a preparação e formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento industrial planejado. Daí, a necessidade do Estado realizar reformas em seus aparelhos, visando à segurança do projeto de desenvolvimento nacional e nesse sentido procura estabelecer e implementar políticas sociais indispensáveis para neutralizar e manter as tensões sociais, advindas com o processo repressivo instalado a partir do Golpe civil-militar.

Voltando à questão dos modelos de desenvolvimento, podemos dizer que os indicadores utilizados para medir o grau de desenvolvimento são frágeis e insuficientes para dar conta da realidade de cada espaço. Qual seja do desenvolvimento centrado na qualidade de vida trabalho digno, habitação, alimentação, educação saúde, lazer e meio-ambiente, garantido a todos, compatíveis com o “dever” humano (MONTEIRO, 1986). Mas ainda assim não foge do sentido dicionarizado da palavra desenvolvimento, pois dentro da concepção funcionalista significa crescimento econômico, na qual as áreas sociais entram como decorrência do incremento produtivo.

Pode-se dizer que a preocupação central com a elevação de tais indicadores relega, ao segundo plano, a melhoria das condições de vida da população, embora existam Países da Europa (Suécia, Finlândia e outros) e América do Norte, como o Canadá que tiveram desenvolvimento combinado com avanço dessas condições sociais, com o Estado do Bem-Estar Social, pós-Segunda Guerra Mundial. Não se quer dizer com isso que os princípios fundantes do desenvolvimento capitalista foram esquecidos, mas certamente que a vida nesses países é bem melhor. Tudo decorrente de um conjunto de fatores que se articulam, em benefício da população.

A partir do final dos anos 80, novo modelo de desenvolvimento vem se configurando no Brasil, a partir de orientações de organismos internacionais, devidamente compactuados pelas elites locais; em nome da modernização indispensável para colocar o Brasil em nível de competitividade num mercado globalizado, conhecido como o neoliberalismo, que utiliza como suas estratégias fundamentais a redução dos gastos do Estado com a reprodução da força de trabalho: 1) reduzindo as conquistas alcançadas pelos trabalhadores nos setores sociais; 2) neutralizando ou mesmo cerceando o poder corporativo e político dos sindicatos; 3) a incorporação de nossos atores na realização das políticas sociais: organizações sociais, organizações não-governamentais, fundações de direito privado, dentre outros.

Mas, é preciso considerar que a relação: trabalho, educação e desenvolvimento têm a ver com a Teoria do

1 TCH se ampara no entendimento de que o capital humano representado pela instrução, saúde, treinamento prático seria capaz de provocar desenvolvimento econômico, porque são investimentos e como tal passível de gerar taxa de retorno apreciável pelo aumento da produtividade do trabalhador e consequente melhoria de vida, onde a Escola passou a ser vista como locus prioritário de formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, dentro de uma visão pragmática tecnicista. Schultz recebeu o prêmio Nobel de Economia pelo desenvolvimento desta Teoria do Capital Humano (DE VICENZI, 1983).

Capital Humano¹, segundo a qual o trabalho humano quando for qualificado, por meio da educação, funciona como fator econômico, o que passou a ser uma Teoria do Desenvolvimento nos anos 60 que, desde os anos 2000 vem sendo revitalizada com roupagens diferentes, a partir da disseminação de novas categorias, como “empregabilidade” (capacidade individual de inserção e permanência no mercado de trabalho); “competências” (determinadas capacidades a serem absorvidas pelo indivíduo para desenvolver alguma ação); “flexibilidade” (trabalhador adaptável às mudanças inovativas do mercado); “empreendedorismo” (capacidade para criar oportunidades e formas de gerar rendimentos) e muitas outras. Podemos assim, estar diante da nova máscara para encobrir a verdadeira natureza da exploração das relações sociais de produção capitalista.

Para Frigotto (1984 p. 67): [...] *a ótica positivista que a Teoria do capital Humano assume no âmbito econômico justifica as desigualdades de classes, por aspectos individuais.*

Fazendo recorte na discussão, para focar o objeto de estudo, consideramos que o trabalho e a educação não são condições indispensáveis para se ter desenvolvimento no sentido econômico, conforme a retórica dos documentos oficiais expressam e fazem acreditar, a partir desses indicadores elencados, porque nos anos 1970/80 dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e Planos de Desenvolvimento da Amazônia não tivemos índices de educação e trabalho animadores e chegamos a ser a oitava economia mundial (MONTEIRO, 1986).

Nos anos subseqüentes, após o regime militar do lema “segurança e desenvolvimento”, conseguimos pequenas mudanças, a partir dos governos de José Sarney, Itamar Franco e especialmente no de Fernando Henrique Cardoso (com as reformas no aparelho estatal, permitidora da nova hegemonia da classe burguesa), não na ordem expressa aqui, com a elevação do número de escolas de educação básica, criação do Sistema Único de Saúde – SUS e de políticas focalizadas para a educação e o trabalho, como a de inserção do jovem no mercado de trabalho. Porém, ainda são políticas incipientes, fragmentadas e descontínuas, que, de algum modo reverberam positivamente na vida dos seus beneficiários. Importa, entretanto, enfatizarmos que isto é fundamental para manutenção de níveis aceitáveis nas tensões e descontentamentos sociais.

Hoje, muito se fala de maiores exigências intelectuais e comportamentais para o ingresso no mercado de trabalho, mas se consideramos até mesmo os indicadores sociais que se expressam num processo social de legitimação do desemprego e da precarização social, que estão ocorrendo no mercado de trabalho, ficamos diante de falácia, muito mais do que real e concreta exigência produtiva. A educação e qualificação

profissional aparecem como centrais nas agendas oficiais das elites dirigentes do País e dos “homens de negócio”, com valor instrumental para inserção no mercado e competitividade. É real a elevação das exigências de maior escolaridade nos concursos públicos menos pela necessidade do mercado e mais para excluir na seleção, pelo contingente elevado de candidatos.

Tome-se como exemplo precário o caso dos concursos públicos para garis na cidade do Rio de Janeiro, muito difundido pela imprensa brasileira, em que foram aprovados em sua maioria pessoas com nível superior. Será que para ser lixeiro há tal exigência, de conhecimento científico-tecnológico para fazer limpeza? Ou é um cenário de desemprego perverso que determina tal cenário?.

O processo de reestruturação produtiva e disseminação da nova configuração do liberalismo (denominado neoliberalismo), a partir do final dos anos 80, em decorrência de crise do sistema capital, revelam matizes e contradições próprias, como: ao mesmo tempo em que se tem a globalização dos mercados de bens e de fluxos financeiros, como decorrência da ampliação e expansão do capitalismo e a exacerbação da concorrência, verifica-se na difusão do ideário neoliberal, um discurso de anti-Estado. Aparente e contraditoriamente, percebe-se a implementação de políticas estatais que sustentam a desregulamentação de critérios de concorrência e de direitos sociais, sem as quais talvez o capital não conseguisse tanto sucesso.

A livre-concorrência decide o resto. Falar em Estado, em público passou a ser quase blasfêmia, porque tudo com maior eficiência, eficácia e produtividade estava centrado no empreendimento e gestão privados, propondo inclusive algo denominado “terceira-via”², que funcionaria como alternativa ao neoliberalismo. São criadas estratégias híbridas para superação da crise do Estado, pois ao mesmo tempo em que endeusa o mercado, diz que as soluções se encontram em outra opção entre o Estado e o mercado. Foi uma verdadeira satanização do público-estatal, como se pode verificar no Plano Diretor de Reforma do Estado - PDRAE encaminhado pelo ex-Ministro Bresser Pereira e outros documentos:

A partir da ‘crise do mercado’ dos anos 30, o centro voltou-se para: o regime de políticas públicas tornou-se keynesiano. A partir da ‘crise do Estado’ dos anos 70, deslocou-se para a direita neoliberal. Agora já é visível um novo e ainda tímido deslocamento do centro em direção à esquerda, na medida em que a nova socialdemocracia (ou a ‘terceira via’, como é chamada na Grã Bretanha, ou a ‘governança progressista’ afirmada nas reuniões de chefes de governo socialdemocratas em Florença e Berlim) torna-se politicamente mais forte. Um deslocamento que, se confirmado, tenderá a reduzir relativamente os conflitos internos dentro da esquerda, agora, dominantes, enquanto na direita decadente surgem a desordem e velhas formas de nacionalismo, senão nazismo, emergem (BRESSER PEREIRA, 2007, p. 498-499).

2 Uma estratégia que não se refere ao Estado nem mercado, mas segundo Giddens (2001): A política da terceira via é uma opção ao neoliberalismo, por meio de um governo ativo para ajustar as políticas da social-democracia.

Para Mészáros (2003, p. 29),

[...] Apesar de todos os protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao “recoo das fronteiras do Estado”, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado.

O que pudemos ver, a partir da Reforma do Estado no Brasil, foi a implementação de um conjunto de medidas visando o encolhimento do Estado em sua função social, em nome da desburocratização na perspectiva da gestão gerencial, aos moldes das empresas privadas, com a criação de inúmeras modalidades de organismos e instituições afinadas com os princípios da “nova gestão pública” (*new public management*).

Bresser Pereira (1999, p. 2) afirma que:

A Reforma Gerencial, que flexibiliza os processos e os regulamentos burocráticos, conferindo um grau mais elevado de autonomia e de *accountability* às agências governamentais e aos seus gerentes, é a segunda: é um novo fenômeno histórico, que ganhou força nas últimas duas décadas, quando as pessoas começaram a perceber que uma das razões pela atual crise fiscal do Estado era a ineficiência estrutural da administração pública burocrática.

Hoje, os “homens de negócio” e autoridades mundiais defensoras do “Consenso de Washington”³ condenam o livre-mercado sem regras, diante da crise aguda global do sistema do capital. Agora falam em “princípios e valores”, a partir do novo consenso global que permita atividade econômica sustentável com regulação. Não se percebe nas orientações de políticas do primeiro nenhuma preocupação com a área social. Neste outro, aparece a questão da sustentabilidade sem esclarecer do que se trata, realmente. Provavelmente, tais princípios e valores serão aqueles inerentes ao capital, a partir da retórica que mais esconde do que revela. Parece ser aparentemente mais uma adequação eclética aos desígnios do capital, que poderá concorrer para que a situação de desigualdade e exclusão sociais se intensifiquem.

É uma crise que atinge a todos os países, em maior ou menor intensidade, como Mészáros (2003, p.21) afirma:

A atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política, em geral, sob todos os seus aspectos [...].

Se trouxermos a questão para o desenvolvimento da Amazônia, observamos que muitos problemas identificados nos Planos de desenvolvimento regional dos anos 1970/80 ainda persistem em permanecer, como: a) dizimação ou aculturação perversa das populações indígenas; b) depredação da natureza, com até elevação do desmatamento e consequente quebra do equilíbrio ecológico; c) aumento dos conflitos pela

posse da terra (violência em todos os sentidos) e significativos casos de morte de trabalhadores; d) quadro desanimador sobre os casos de malária e outras doenças; e) escravização dos colonos e até dos índios; e f) ausência de postos de saúde e hospitais na maioria dos municípios amazônicos.

Especificamente na educação, temos: 1) falta de escolas especialmente de ensino médio e de formação profissional; 2) quantitativo considerável de professores leigos; 3) índices elevados (10,9%) de analfabetos na faixa etária de 15 anos ou mais, considerando que em 1992 eram 14,2 e em 2007 (10,9), houve pequena redução em 14 anos (3,3%), enquanto no Brasil a taxa ficou em 7,2%; 4 as escolas da região estão entre as piores do Brasil, na última avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2008.

O número médio de anos de estudo no Brasil, ainda é baixíssimo (7,3) e na região (6,8 anos está próximo a média brasileira), se comparado com países da América Latina, como Chile, cujos índices estão em torno de 10 anos (população de 15 a 24 anos). Importa ressaltar que estes dados brasileiros se referem à população como um todo, porque se considerar a zona rural os índices de redução se agravam, porque as condições de desigualdades são grandes para os jovens.

São dados que indicam muito mais que a situação escolar na Amazônia, indo a situação sócio-econômica, cultural e política. Porque quem frequenta a escola pública é o pobre, com família de baixo rendimento mensal, pais com níveis muito baixos de escolaridade, moradores de periferias, com pouca ou nenhuma condição para ajudar seus filhos em tarefas escolares. As desigualdades regionais, portanto, não tendem a diminuir dentro do modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista.

A Amazônia brasileira ocupa cerca de 60% do território brasileiro, cuja área corresponde a 8.511.965 km², que abriga um manancial de riquezas naturais, com floresta de quase 3 milhões de km², enorme potencial natural, que está sendo gradativamente dizimada a partir das políticas de desenvolvimento regional dos anos 60, intensificada nos anos 90. A região é detentora da maior bacia hidrográfica do mundo (áreas drenadas pelo rio Amazonas e seus afluentes). Detém riqueza diversificada de povos indígenas, caboclos, quilombolas e ribeirinhos, quase desconsiderados na formulação e implementação das políticas de desenvolvimento.

Na visão expressa nos Planos de Desenvolvimento, a elevação e a expansão da acumulação gerarão empregos, novas formas de desfrutar os benefícios e vantagens do “progresso” e, conseqüentemente, de modo a permitir que os cidadãos gozem de melhores padrões de vida. Essa é base do desenvolvimento brasileiro: crescendo o capital, eleva-se toda a sociedade, daí a opção pela industrialização como motor

3 Consenso de Washington se expressa por meio de um conjunto de princípios de desenvolvimento econômico traduzidos em orientações políticas: reformas macroeconômicas incluindo reforma fiscal, racionalização e o controle do gasto público, liberação financeira e de importações, diminuição das tarifas alfandegárias, incentivo a indústrias competitivas, estímulo à iniciativa privada, via privatizações e investimentos diretos, desregulamentação, garantias de propriedade (MINUJIN, 1996).

propulsor do desenvolvimento nacional. Nessa lógica, pode-se enquadrar a política de desenvolvimento regional desde os anos 70 com a Lei de Incentivos Fiscais, os programas de integração nacional, o estímulo à instalação de grandes projetos, dentre outras (MONTEIRO, 1986).

A partir dos anos 80, tem-se outro formato de desenvolvimento, com base na diminuição do papel do Estado e no discurso participacionista, de maior atuação da sociedade civil na implementação de políticas públicas, em nome de um projeto democrático. É evidente que a Amazônia se integrou ao Brasil, com estradas telecomunicações, energia, como exigência da acumulação de capital. Mas não de forma simétrica e mais democrática, mesmo dentro dos limites do sistema sócio-metabólico do capital, que poderiam diminuir o forte processo de exclusão social de grande parcela do território brasileiro, que desempenha papel significativo na composição do PIB e como espaço estratégico para o mundo.

As desigualdades regionais não diminuíram nem demonstram tendência para tal. Embora os governantes, de modo geral, sempre se manifestem em defesa da integração da região, melhorando suas condições sociais de inserção no mundo do capital, porque economicamente a Amazônia já responde por significativo percentual (5%) na conformação do PIB brasileiro. No dia 27 de abril de 2009, o presidente Lula e a Ministra Dilma Rousseff fizeram discursos, no qual ressaltaram a importância da região para o Brasil, tecendo crítica aos governos anteriores que pouco fizeram, além do que não a conheciam, segundo aqueles. Em evento com os governadores do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (Amazônia Legal) foi assinado o “Pacto: Compromisso pela diminuição das desigualdades regionais” de ações cooperadas entre as diversas esferas de governo para, dentre outras metas: redução do analfabetismo; diminuição da mortalidade infantil; fortalecimento econômico no meio rural da região e erradicação do sub-registro civil de nascimento (DIÁRIO, 2009).

As desigualdades atingem todas as áreas, mas parecem bem maiores quando se verificam os direitos de cidadania, como educação, saúde, por exemplo. Na área de saúde, cerca de 82% dos leitos públicos disponíveis estão na região Sudeste do País, conforme informações do Ministério da Saúde (DIÁRIO, 2009).

As desigualdades regionais e sociais se acentuaram à medida que o Brasil foi se desenvolvendo. Sabemos que tal situação é inerente ao modo de produção capitalista, mas não é igual e uniforme nos diversos espaços e/ou áreas/ramos da produção. Nesse sentido, a Amazônia com a implantação dos grandes projetos, com o progresso das comunicações, do sistema de transporte e de telecomunicações apesar de alguns pequenos avanços, viu agravarem-se seus problemas e criarem-se outros, como: aumento da luta pela posse da terra (até 2009 não se fez uma séria reforma agrária, como nos países desenvolvidos capitalistas); favelização crescente

nas cidades até do interior; degradação e desrespeito ao meio-ambiente; falta de hospitais, moradias, saneamento básico, etc; desrespeito às populações indígenas; pouca atenção as crianças e idosos; aumento da violência urbana e no campo; ausência de sistema de transporte fluvial regular, seguro e eficiente; presença significativa de trabalho escravo no campo; forte presença do mercado informal (trabalhadores sem carteira assinada) e crescimento do trabalho precário; e educação formal deficiente e excludente

Ao lado do cenário ainda pouco animador, em termos sócio-econômicos, novos problemas emergem na atualidade, a partir da reestruturação produtiva e, especialmente, nesta fase do capitalismo de profunda crise mundial, cujas repercussões se fazem sentir em todos os lugares. Talvez, com maior intensidade, nas economias periféricas e, dentro dessas, nos espaços distantes dos centros de poder, como a Amazônia. Numa configuração de desenvolvimento econômico, em suas novas formas de racionalização do trabalho e da própria vida em sociedade, que é faz parte do sócio-metabolismo do capital, mas hoje com características diferentes dos anos sessenta/setenta.

Com a concentração de capital verificada via fusões, incorporações privatizações e fragilização do mercado de trabalho, por meio da “flexibilização” das estruturas produtivas, da organização do trabalho e da Força de Trabalho intensificada pelo desemprego estrutural, que se trava a disputa no denominado “livre-mercado” sob o império do capital financeiro, que só agora se desnuda um pouco para a sociedade, na hora da crise mundial. Não se desvela em sua totalidade nem com clareza, mantendo sua nebulosidade para permitir que os remédios passem básica e prioritariamente, mais uma vez, pelo auxílio vindo do fundo público (Estado via intervenção, antes tão combatida pelas elites dirigentes). Os avanços científico-tecnológicos são realidade, mas a cada nova tecnologia, que tem utilidade determinada politicamente, verifica-se nova supressão de emprego. Porque ela vem no sentido de intensificar e produtividade e o trabalho e diga-se que a superação das crises do capitalismo sempre apontam pela diminuição dos postos de trabalho:

A estrutura do mercado de trabalho também tem passado por mudanças: altas taxas de desemprego são acompanhadas da crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação. A flexibilidade da força de trabalho (contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização, etc) inscreve-se no mesmo processo que articula o discurso por maiores níveis de escolaridade para os trabalhadores [...] (SEGNINI, 1999, p. 73).

Este quadro de precariedade associa-se ao cenário de carências não resolvidas ao longo dos anos e intensifica consideravelmente os problemas regionais, onde o mercado de trabalho formal que já era incipiente e as condições de vida também pouco animadoras geram um quadro de maior perversidade social e econômica.

Segundo dados do PNAD 2007 (IPEA, 2008), no Pará, considerado a porta da Amazônia, ou mesmo um dos mais

importantes estados da região, em 2007, 46% das pessoas viviam com renda familiar de até meio salário mínimo, que as situa como abaixo da linha de pobreza. Até mesmo em Belém, a situação é grave, onde o percentual de pobres passou de 32% para 33%. As desigualdades e excluidências têm até se elevado.

Para Dobb (1974, p.84): “a história do capitalismo foi sempre dominada pelo desenvolvimento desigual: entre países, entre regiões, dentro de cada país, entre grupos de indústria e entre a indústria e a agricultura”.

Ao que tudo indica, bem antes da revelação pública da crise do capital, a relação trabalho e educação disseminada no discurso oficial e das elites empresariais já estava se desnudando. Porque se têm taxas elevadas de trabalhadores qualificados desempregados ou, que ainda não tiveram acesso ao mercado de trabalho, especialmente, na Amazônia demonstra a falácia da relação para garantir emprego ou até trabalho. Dados de estudos realizados em 2006 comprovam que trabalhadores com ensino superior completo perderam o emprego, muito mais que os com pouca escolaridade. No Brasil, os jovens com mais escolaridades são desempregados ou sub-empregados (SEGININI, 1999). O que pode comprovar que qualificação, formação intelectual não criam trabalho, além disso, neste tipo de sociedade, o trabalho e educação não podem se juntar.

Marx e Engels (1983a p. 60) compreendem a educação como uma combinação que envolve:

- 1) Educação intelectual; 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares e 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico, de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

Seria uma escola unitária que ligasse instrução intelectual e trabalho produtivo, possibilitando assim a relação entre trabalho e educação na formação de homens em todas suas potencialidades. Mesmo compreendendo que Marx e Engels se reportaram a uma sociedade que não mais existe, reafirmamos esta escola para todos, que seja intelectual, física e tecnológica – teórica e prática.

3 Considerações Finais

A relação educação e trabalho não é condição fundamental para o desenvolvimento econômico no sentido disseminado no mundo capitalista ocidental, pois não houve desenvolvimento social e chegamos a ser a oitava economia mundial, e ao que parece, retornamos, em 2009, novamente a tal patamar, agora até com mais prestígio no mundo desenvolvido. Embora em alguns países europeus e no Canadá estabeleceu-se um conjunto de políticas de garantias sociais no pós-Segunda Guerra mundial, em função do apoio do Estado para que isto acontecesse, no chamado Estado do Bem-Estar Social, mas que, no Brasil, o máximo que conseguimos ter foram políticas

assistencialistas a partir de projeto desenvolvimentista, com a criação de mercado de trabalho que se implementou de forma desigual em suas diferentes regiões.

Independente do modelo de desenvolvimento, a Amazônia ainda não conseguiu ser pelo menos considerada como região rica, sobre todos os aspectos e que sua população precisa ser olhada de forma diferente, ainda que os holofotes se voltem para a Região, nestes tempos de “preocupação” com o clima do planeta.

A questão não está na vinculação ou desvinculação do trabalho, educação ou educação e desenvolvimento, mas ao nível das mediações. A escola, (formação) tem relação mediata com o processo produtivo – ao fornecer conhecimentos gerais – em estreita articulação com tal processo e ao formar os gerentes (executivos) desse mesmo processo, tanto no nível privado como público. Em outras palavras, de modo geral, pois não há um hiato entre tais níveis, no capitalismo vigente no Brasil.

Do conjunto das análises realizadas ao longo deste texto, podemos depreender que dentro do sistema capitalista seria impossível extinguir as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre uma região e outra, porque elas são inerentes ao modo de produção capitalista, que se sustenta na divisão do trabalho. No entanto, a organização, a pressão dos movimentos sociais é fundamental para criarem-se condições de vislumbrarmos a construção da travessia para a nova ordem.

A concepção de trabalho e de educação que emergem do contexto apresentado tem como horizonte fundamental a lei do valor, do lucro, da acumulação de capital. Por isso, não são levados em conta o homem e a natureza. Tudo é matéria-prima, meio de produção ou força de trabalho para os desígnios capitalistas.

Constatamos que os Planos de Desenvolvimento traçam as principais prioridades de atuação do Estado na Amazônia, enfatizando a importância dessa Região no cenário nacional e mundial, mas, na prática, o desenvolvimento em seu sentido positivista visa elevar incessantemente a acumulação de capital e é realizado em nome da região, a serviço de outros senhores.

Temos clareza de que se fôssemos buscar compreender a educação nesse cenário perverso de desenvolvimento capitalista, progresso, e modernização da realidade amazônica não identificaríamos seus fundamentos – que surgem no contexto de discussões maiores. Se tivéssemos procurado, mais especificamente, determinar a relação trabalho e educação, a partir dos projetos de educação formais e do mercado de trabalho, jamais a teríamos localizado, porque ela sobressai nas relações sociais fundamentais que se inscrevem no âmbito do econômico-político, enfim, nas relações de poder.

A educação tem de ser examinada na totalidade contraditória das relações capitalistas de produção, que são relações de exploração e de desigualdade, geradora de

exclusão e não como um objeto em si mesma. Vimos que o homem necessita tanto de trabalho quanto da educação, por isso não dá para termos a universalização da educação sem a universalização do trabalho, pois: *não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas* (MARX; ENGELS, 1982, p. 65).

Observamos que a formação intelectual e a qualificação não geram postos de trabalhos e que é uma falácia relacionar trabalho com educação e desenvolvimento regional capitalista. Por outro lado, entendemos que as relações capitalistas são relações de exploração de uma classe sobre outra, mas foi na modernidade que elas tiveram maior repercussão dada à degradação e/ou a precarização das condições de trabalho, ao lado do desemprego estrutural, de hoje.

Referências

- BRESSER PEREIRA, L.C. *Reforma do Estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: 34, 1998.
- _____. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. *Revista do Serviço Público*, v. 50, n. 4, 1999. p. 5-30.
- _____. A nova esquerda: uma visão a partir do sul. In: GIDDENS, A. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp, 2007.
- DE VICENZI, L.J.B. *Educação como capital humano: uma análise crítica*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1983.
- DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1974.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.
- GIDDENS, A. *A terceira via e seus críticos*. São Paulo: Record, 2001.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicado da Presidência, n. 10 – PNAD 2007: Brasília: IPEA, 2008.
- Jornal “Diário do Pará”. Cadernos Brasil B3, Belém, 03 maio 2009.
- KEYNES, J.M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____.; ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes, 1983.
- _____. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- MESZAROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Biotempo, 2003.
- MONTEIRO, T.F.A. *Educação e trabalho nos panos nacionais de desenvolvimento no período 1970/80: um estudo introdutório sobre a realidade da SUDAM*. 192 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Sistemas Educacionais) Instituto de Estudos Avançados em Educação IEASE da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.
- MINUJIN, A. (Ed.). *Desigualdad y exclusión: desafíos para La política social en la Argentina de fin de siglo*. Buenos Aires: UNICEF/LOSADA, 1996.
- OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v. 5 n. 2, 2002, p. 37-48.
- SADER, E. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SARUP, M. *Marxismo e educação: abordagem fenomenológica e marxista da educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 29., Caxambu. *Anais...* Caxambu. 2006, 21 p.
- SEGNINI, L.R.P. *Educação, trabalho e desenvolvimento: uma complexa relação*. Revista de Educação Sinpro, Campinas, v. 12, p. 67-79, 1999.

